

Dimensão social do trabalho e da propriedade do imigrante italiano na ex-colônia de Silveira Martins

Silvino Santin – UFSM

O esforço do Governo Imperial, desenvolvido no último quarto do século passado, para povoar o Rio Grande do Sul foi coroado de êxito, pelo menos no que tange ao número de imigrantes. Os imigrantes italianos, desde o ano de 1875, aportavam numerosos às colônias de Conde d'Eu, Dona Isabel e Campo dos Bugres. Não eram decorridos ainda dois anos e já as terras demarcadas mostravam-se insuficientes para a demanda. Surgiu então a idéia de aproveitar terras devolutas existentes na Serra de São Martinho, ou seja, no extremo oeste da Serra Geral. Aí havia, segundo está registrado nos arquivos, 30 léguas em quadro de terras pertencentes à Coroa Imperial. De imediato foi criada a 4ª Colônia Italiana em solo rio-grandense sob a administração direta do Governo Imperial. E já no final de 1877 chegava a Val de Buia o primeiro grupo de famílias. O velho Barracão de Val de Buia constituiu-se numa ante-sala de longa e sofrida espera da Città Nuova — Silveira Martins.

A caçula das colônias nascia longe do epicentro da Colonização Italiana em nosso Estado. Dois vastos vales, o do rio Jacuí e o do rio Taquari, a separam de suas três coirmãs mais velhas. Mas, além da distância, nada parecia diferenciá-las entre si, e tudo indicava que o destino histórico seria o mesmo. Lá e aqui o futuro era sonhado com a mesma grandeza e com a mesma ousadia. Os primeiros momentos e os primeiros passos foram vividos dentro de um mesmo ritmo. O solo assemelhava-se. O povo era proveniente das mesmas regiões do norte da Itália. Todos estavam possuídos pelos mesmos ideais e pela mesma forte vontade de vencer. Hoje, contudo, constata-se que as previsões falharam. A História da 4ª Colônia sofreu algum desvio de rota. Assim, a ex-Colônia Silveira Martins — La Città Nuova — ficou muito aquém de seus sonhos e muito distante do estágio de desenvolvimento alcançado pelas outras três colônias italianas. O que teria acontecido?

A resposta a esta pergunta constituiu-se no desafio deste trabalho. Um desafio que se esboçou desde o primeiro contato com a região, tornando-se desta maneira

no objetivo fundamental de toda minha pesquisa sobre a ex-Colônia Silveira Martins. Já são 10 anos de observação, de consultas a arquivos, de leituras e, especialmente, de muito contacto com as comunidades da região. A resposta, ainda, não se fez ouvir. Não sei se haverá uma só resposta. Também não sei se é a resposta que constitui o fascínio do pesquisador, ou se é a busca do esquecido ou do desconhecido. Assim o desafio continua, pois acredito que o caminho para a recuperação do antigo território da ex-Colônia começa pela explicação, ainda que provisória, de seu atual estado de estagnação.

Com o presente trabalho tenta-se dar um passo a mais na busca desta resposta explicativa. Este passo começa por um reexame das razões básicas que teriam levado os imigrantes italianos a decidir-se pela emigração. No meu entender a decisão de emigrar esconde também as linhas básicas do processo de desenvolvimento das áreas colonizadas, em especial, de todo o comportamento do emigrante. O presente trabalho parte da hipótese de que a decisão de emigrar está centrada em dois pontos. O primeiro, é o *sonho da propriedade*. O segundo, é a absoluta *confiança na força do trabalho*. A propriedade e o trabalho constituíram-se, portanto, nos componentes determinantes não só para emigrar, mas também para definir os rumos do processo de desenvolvimento. Tais ideais não garantem por si só o desenvolvimento. Eles podem ser forças propulsoras de progresso como podem transformar-se em forças inibidoras. A propriedade e o trabalho, quando presos aos princípios do individualismo, podem provocar a estagnação. É preciso que os conceitos de trabalho e de propriedade estejam arejados pela atmosfera do social para que o desenvolvimento não sofra e se mantenha seguro e contínuo.

1. Duas observações

Antes de abordar a questão faz-se necessário apontar duas observações. Estas observações são feitas baseadas na convicção surgida no autor desde o primeiro contacto havido com a região de Silveira Martins em 1978.

Em primeiro lugar, pode-se afirmar com muita segurança que a ex-Colônia Silveira Martins apresenta uma situação muito peculiar no contexto da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Algo estranho e diferente aconteceu para que seu processo de desenvolvimento fosse sustado de maneira tão repentina. Não se trata de uma comunidade, nem mesmo de várias, mas de todo o território abrangido pela ex-Colônia. Diante disto é possível sustentar que o caso não pode ser tratado com os mesmos parâmetros com que se costuma tratar a região italiana que tem como pólo de referência Caxias do Sul.

Em segundo lugar, pode-se também afirmar que a descontinuidade geográfica não só representou um isolamento físico de Silveira Martins com as demais colônias, mas também uma mudança profunda na manutenção da identidade cultural e na definição, a médio prazo, dos rumos de seu desenvolvimento (1). Constata-se que,

1. Existe ainda a descontinuidade geográfica interna. As áreas planas, como o vale do Soturno já tinham proprietários, ainda que não fossem ocupadas. Para o padre Luizinho Sponchiado, tal fato é de fundamental importância para o desenvolvimento industrial da ex-Colônia. Assim ele se expressa: "Exprimida entre latifúndios improdutivos, para ter algum desafogo catou cá e lá, fora das fronteiras comunais, alguns fragmentos da Serra, com distantes nucleações, que romperam sua unidade e provocando a avidez de vários municípios, lhes impossibilitou física e politicamente tornar-se independente. (...) Então sim como suas con-

desde o início, os contactos entre Silveira Martins e as outras três colônias italianas foi quase nulo. Pode-se afirmar com toda segurança que, se fosse feito, hoje, um levantamento sobre o nível de informações existentes entre os descendentes de imigrantes da região de Caxias sobre Silveira Martins, o resultado mostraria uma situação de quase total desconhecimento. Pouco se sabe, daria até para arriscar que este pouco se resume a uma remota lembrança de sua existência.

2. A propriedade: um sonho comum

Toda vez que se fala das causas que geraram as emigrações européias do século passado e, em particular, a emigração italiana para o Rio Grande do Sul, aparece com destaque a situação de miséria em que vivia grande parte da população campestre do norte da Itália. A literatura é unânime em colocar a fome, a exploração e a miséria como as molas propulsoras do êxodo emigratório que se abateu especialmente sobre a região do Vêneto. Bastaria lembrar, para sintetizar tal modo de pensar, a expressão de Scalabrini, "Roubar ou emigrar", mostrando as duas únicas alternativas. Ao par disto vale lembrar também alguns depoimentos encontrados em *A História de Nossa Gente*, uma obra do Padre Pio Busanello, que pretende ser um trabalho genealógico da família, mas que se torna um documento histórico de raro valor, pois o autor registra, com riquezas de detalhes, a vinda do clã Busanello composto de nove famílias e comandado pelo velho patriarca, de 76 anos, Mateus. Pio Busanello narra os diferentes momentos desta família patriarcal emigrante, registrando os depoimentos ouvidos diretamente das pessoas envolvidas, desde a confusa situação vivida nos momentos difíceis que antecederam a tomada de decisão para emigrar, as angústias e quase desespero da travessia, até a instalação definitiva em Novo Treviso. Em tudo isto, o autor, de fato, parece confirmar tal situação ao dizer que "a palavra 'carestia' era a mais pronunciada entre o povo" (Pio Busanello, p. 6). E para fugir à fome, segundo o autor, recorria-se aos trabalhos no exterior (I lavori all'estero), mas não era a solução segura pois "a ameaça da miséria continuava pairar constantemente sobre as cabeças dos chefes de família" (p. 7). Assim é que a idéia da miséria torna-se, aparentemente, a razão básica para optar pela emigração.

Outro fator muito citado como causa fundamental que influenciou as emigrações seriam as constantes guerras. O que corresponde à expressão de Morpurgo: "morrer ou fugir". Isto completaria o "roubar ou emigrar" de Scalabrini. Também aqui os depoimentos são abundantes. Começa pela família que, para livrar os filhos da obrigação do serviço militar e do possível envio para a guerra, acabam engrossando as listas de emigrantes. Havia também as deserções dos jovens, já convocados ou soldados que fugiam embarcando no porto de Marselha ao sul da França. Emigrar, portanto, era a única solução para fugir da miséria e da guerra.

Há, porém, alguns aspectos a serem considerados. Primeiramente, a fome a miséria não eram privilégios exclusivos do norte da Itália; o sul, também, passava pelas mesmas conseqüências da crise econômica. Os sulistas, entretanto, não aderiram com o mesmo entusiasmo e em massa aos movimentos emigratórios. É verdade que não

gêneres na província, teria formado um complexo cuja autonomia teria assegurado progresso e estabilidade. Quando tal não aconteceu (baldadas várias tentativas) a desafortunada colônia começou a exaurir-se, (em vez de industrializar-se) numa hemorrágica re-imigração para cidades e terras novas" (Crônica 110 — *A Notícia* 24.9.88).

tiveram o assédio dos agentes de emigração com a mesma intensidade. Em segundo lugar, o espectro da guerra não atingia somente a juventude do norte, mas de toda a Itália. Além disso a América, ou o Brasil, não era vista de igual maneira por todos. Havia os que a consideravam como um *Novo Eldorado*. Um lugar do ouro e da fortuna. Outros a viam apenas como uma saída inevitável para sua miséria. Mas havia os que, e não eram tão poucos, viviam atormentados por sérias dúvidas quanto aos benefícios da emigração. Tais situações estão muito bem fundamentadas pelas reações dos parentes e, em especial, das mulheres daqueles que haviam decidido partir. "Os parentes garantiam, estavam convictos de que os que iam emigrar para o Brasil seriam todos mortos pelas serpentes e pelos tigres, ou devorados pelos índios antropófagos. As mulheres, por sua vez, criticavam os maridos dizendo que eram fanáticos e loucos, e que era melhor morrerem todos de fome na Itália do que ir se transformar em assados e bifes nas mãos dos selvagens ou em petiscos para as feras" (Pio Busanello, p. 9).

Diante destes fatos, no entendimento do presente trabalho, não se podem colocar a miséria ou as ameaças de guerras como razões primeiras da decisão de emigrar. É preciso buscar em outras instâncias um móvel mais convincente que levou tantas famílias a se decidirem pela emigração. Os agentes de emigração, pelos depoimentos que se têm, em suas campanhas de arregimentação de voluntários não acentuavam tanto o estado de miséria pública, mas insistiam nas vantagens oferecidas no Brasil. Entre estas vantagens aparece com destaque a propriedade de terras. No dizer de Maria Thereza Petrone (p. 48): "O aceno de acesso à terra depois de um estágio na fazenda fazia dos projetos de criação de pequena propriedade uma 'isca' para atrair imigrantes". Isto mostra claramente que a idéia de propriedade falava mais alto que outras situações. Petrone (p. 11) insiste ainda em chamar atenção sobre "o fascínio que o apelo à possibilidade de acesso à terra exerceu sobre os emigrantes". Nos depoimentos de Pio Busanello (p. 8), a idéia de propriedade parece tornar-se a gota d'água que faltava para se tomar a decisão. "Falava-se também da entrega de terras em área de 25 hectares para cada casal, por preço acessível, tornando-se os compradores os proprietários absolutos assim como os barões e condes italianos". Com base em todos esses depoimentos, portanto, não há nenhum exagero em afirmar que a idéia de tornar-se proprietário de terras significou a força máxima para convencer os camponeses italianos a emigrar. A propriedade exerceu um fascínio irresistível sobre o emigrante italiano e seus descendentes. Poucos resistiam ao sonho de ser proprietário.

Há, portanto, a necessidade de se analisar com mais profundidade a significação da propriedade no contexto das emigrações italianas para o Rio Grande do Sul. Não se trata de enfocar os aspectos econômicos e políticos da época, que teriam gerado a necessidade de criar a figura da pequena propriedade rural, mas simplesmente buscar o significado que esta propriedade tinha para o imigrante.

É preciso, também, acentuar que a idéia de propriedade não se completava em si mesma. O imigrante italiano aliava a propriedade ao trabalho. Ele sonhava com a propriedade, mas acreditava ao mesmo tempo na força de seu trabalho. Dizia o velho Mateus ao agente de viagem da Prefeitura de Istrana, que pretendia movê-lo de emigrar com toda a família: "Dai-me terras suficientes para trabalhar. E eu fico com toda a família" (Busanello, 10). Propriedade e trabalho formavam o binômio que fundamentou as bases, não só para entender a emigração, mas também para compreender todo o processo de desenvolvimento das Colônias Italianas do Rio Grande do Sul.

3. A semântica da propriedade

A propriedade pode ser entendida sob diferentes óticas e colocada em contextos diferentes. O significado da propriedade se instaura exatamente a partir destes contextos e destas óticas. Cada cultura, segundo Maria Daraki, cria um sistema de significações, através do qual ela se define a si mesma dando-se uma fisionomia própria e sendo, assim, reconhecida pelos outros. Todos os elementos passam a ter um determinado significado à medida que estão inseridos neste sistema. Assim, a propriedade, como tudo o que diz respeito a uma cultura, adquire significado dentro deste sistema de significações. Tal tese torna-se tão clara que, numa cultura, a propriedade pode ou não existir, pode ter um significado econômico e político ou, simplesmente, um significado simbólico ou psicológico. Não se pretende, aqui, analisar os possíveis sentidos da propriedade na história da economia a partir de teorias científicas, econômicas e políticas, mas apenas enfocar possíveis significados psicossociais da propriedade rural existentes no imigrante italiano da ex-Colônia de Silveira Martins.

3. 1. Significado econômico

Os aspectos econômicos da propriedade em relação ao imigrante italiano já mereceram vários estudos. Aliás, excelentes estudos. A imigração italiana, no Rio Grande do Sul, todos sabemos, tornou-se o símbolo de uma economia alicerçada sobre a pequena propriedade rural. A obra, *O Imigrante e a Pequena Propriedade*, de Maria Thereza Schorer Petrone, embora não trate apenas do imigrante italiano, nos mostra com muita clareza o significado econômico e político da pequena propriedade no sistema capitalista baseado no latifúndio e na monocultura. A idéia de pequena propriedade tornou-se o elemento-chave de sua análise mostrando sua função no sistema de produção agrícola e na ordem social em oposição ao latifúndio. Tal tese está muito bem expressa quando diz que, "na ideologia de então cabia a essa pequena propriedade criar uma camada intermediária entre escravos e senhores e formas econômicas alternativas e, portanto, criar condições para as transformações na vida social e econômica do país" (Petrone, p. 17). Estaria assim preestabelecido o sentido da pequena propriedade fixando as funções a desempenhar a partir de uma compreensão intelectual sob o ponto de vista meramente econômico da propriedade, sem levar em consideração a maneira de pensar do emigrante. As transformações que poderiam surgir estavam previstas, vinculadas e comandadas segundo os interesses do poder econômico dominante. Haveria uma simples adaptação do sistema capitalista às exigências da época. Entre elas a abolição da escravatura e o processo crescente de industrialização. Seguindo esta linha de raciocínio, a Prof.^a Petrone (p. 16-7) afirma que, "com a vinda da Corte tomam incremento as idéias sobre a necessidade de se darem condições para a implantação da pequena propriedade que — no pensamento de então — devia desenvolver-se ao lado da grande propriedade, ser subsidiária desta e não concorrer com ela no mercado de trabalho."

A pequena propriedade é vista, assim, à luz do sistema econômico no esforço de adaptar-se a novas situações sem perder seus privilégios da manutenção do regime fundiário, garantindo a continuidade da monocultura e, por fim, dos interesses do governo. Em relação ao latifúndio pode-se observar que a pequena pro-

priedade parecia destinada a ocupar espaços vazios deixados a descoberto pela monocultura. A pequena propriedade teria como função exclusiva garantir uma produção de subsistência assegurando a continuidade da monocultura para os grandes latifundiários.

Acontece, porém, que o imigrante não tinha a mesma visão sobre a pequena propriedade estabelecida pelos projetos econômicos e políticos. No Estado do Espírito Santo o café começa a ser plantado em pequenas propriedades, não previsto pelos economistas da época. O café só seria viável em plantios de grande área. O que torna mais interessante o fato é que esta atitude dos pequenos proprietários conseguiu elevar o Espírito Santo como terceiro produtor de café do Brasil, só perdendo para São Paulo e Minas Gerais. Um fato que não mereceu, parece, muita atenção como fator para dizer que o imigrante tinha outras perspectivas, mesmo econômicas, de sua propriedade. A Prof^a Petrone (p. 63) registra o fato dizendo que “na realidade a historiografia do café raramente se lembra do café produzido em pequena propriedade no Espírito Santo por colonos alemães e italianos. A opinião corrente — e a historiografia reflete apenas essas — era de que o cafezal só em latifúndio era economicamente viável”.

Com base neste tipo de acontecimentos pode-se sustentar que apesar das teorias econômicas estabelecerem as funções de valores, instituições ou propriedades, os indivíduos ou os proprietários podem direcionar tais elementos segundo seus interesses em detrimento do preestabelecido pelos teóricos da economia. Se esta conclusão é legítima, pode-se também, a partir destes fatos, buscar uma explicação alternativa para desvios do desenvolvimento de uma região.

3. 2. Significado político

Todo projeto econômico, supostamente, vincula-se a um projeto político. É sabido que, de um lado, o Governo Imperial estava empenhado em ocupar o território do Rio Grande do Sul como uma maneira de defendê-lo de possíveis invasões. D. Pedro Segundo em sua viagem ao Rio Grande do Sul para reestruturar as tropas brasileiras que estavam perdendo terreno na Guerra do Paraguai, vendo a Serra Geral perguntava por quem era habitada. Diante da resposta de que eram terras desabitadas convenceu-se que havia necessidade urgente de povoar essas terras devolutas como garantia contra possíveis e futuras invasões. É daí que nasceu o projeto de implantação de colônias no Rio Grande do Sul, e a conseqüente busca de emigrantes europeus que já fossem adaptados à agricultura da pequena propriedade e à topografia montanhosa. Os tiroleses foram os primeiros candidatos.

Há também, de outro lado, os aspectos políticos vinculados aos ideais patrióticos dos italianos enraizados nas lutas da unificação italiana e expressos na ideologia da *Itália Gens*. Esses ideais patrióticos inspirados nos ideais republicanos poderiam construir uma Itália a quem mar. Uma vez de posse de uma considerável área os italianos poderiam constituir um governo autônomo, ou uma extensão do governo italiano. Mas pelo que escreveu, com muita fundamentação, Olívio Manfroï em sua obra *A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul* tal possibilidade era muito remota e totalmente inconsistente. Os imigrantes italianos, na sua maioria e, especialmente, os colonos imigrantes, não haviam ainda assimilado a idéia de cidadania italiana. Muitos deles apenas tinham o registro nos livros de batismo. Eles se identificavam com suas

cidades ou vilarejos de origem. A Itália, unificada em 1870, não fazia parte de seus parâmetros políticos e sociais. Eles eram italianos, mas de uma Itália que possuía as dimensões regionais, cuja capital era o "paeselo" de origem. E o "paeselo" constituía-se, fundamentalmente, da igreja, do santo padroeiro, do campanário e do pievan como autoridade máxima. Roma era apenas a capital religiosa, não a capital política. Não a cidade do Rei, mas a cidade eterna dos Papas.

Assim os imigrantes italianos, em nenhum momento, mostraram que tinham conhecimento de algum projeto econômico ou político fora de suas aspirações pessoais e familiares. O único compromisso explícito que o imigrante tinha era com seu projeto que não ia além das dimensões familiares. A Itália que eles construíram aqui reproduzindo com detalhes o seu vilarejo foi para garantir sua sobrevivência e identidade culturais, em nada significava um projeto político e econômico.

O perigo, porém, de uma possível ruptura do território nacional provocado por um movimento separatista sempre esteve presente nas preocupações do governo central. O movimento dos Muckers, encabeçado pela sacerdotisa 'jacobina, constituiu-se num alerta, de tal maneira que em relação aos italianos teriam sido tomadas as devidas providências. Dentro deste ponto de vista interpreta-se a divisão do território de Silveira Martins em três partes pelo decreto imperial de 1886, como uma decisão para evitar que os ideais políticos de uma Nova Itália tomassem maior vulto.

3. 2. Significado psico-social

O que significava ser proprietário para o camponês italiano de segunda metade do século passado? Esta questão conduz a presente reflexão. A busca da resposta desta questão pode levar a caminhos poucos usuais. Mas, sem dúvida, eles fornecem alguns elementos que podem revelar certos aspectos pouco enfocados quando se trata das situações vividas do passado e do presente pelo imigrante nas colônias italianas do Rio Grande do Sul. Toda análise, tida como científica, constrói um referencial teórico a partir de teorias econômicas para explicar conceitos e funções da pequena propriedade rural recebida pelos imigrantes. Neste trabalho acredita-se que é possível, fora deste tipo de análise, buscar outras explicações construindo um referencial teórico inspirado no próprio imigrante e, no caso da ex-Colônia Silveira Martins, tal atitude seria indispensável. Portanto, é nas instâncias do cotidiano antropológico, e não nas teorias científicas econômicas, que se encontram as mais legítimas significações e funções da pequena propriedade em relação à atual situação do imigrante da 4.^a colônia italiana.

Guiados por esta ótica observa-se no Rio Grande do Sul uma atitude completamente oposta à do imigrante italiano, assumida pelo imigrante japonês, dedicado ao plantio de hortigranjeiros. Pelos comentários freqüentes, e que chamam a curiosa atenção das pessoas, o imigrante japonês não mostrava nenhuma preocupação em adquirir propriedades. Apenas interessava-se pelo cultivo da terra. Ainda mais, parece que não havia nenhum interesse, nem mesmo quando lhe fosse oferecida a oportunidade. Tais atitudes devem ser entendidas exclusivamente a partir de teorias econômicas ou precisamos, também, mergulhar nas dimensões psico-sociais do viver cotidiano? Aceitando a segunda alternativa, embora sem excluir as determinantes econômicas e políticas que fundamentaram a emigração italiana para

o Rio Grande do Sul, procura-se, aqui, acentuar que o imigrante, independentemente do que foi estabelecido pelos economistas e governo, imprimiu um rumo ao processo de desenvolvimento a partir do significado que ele mesmo tinha da propriedade e do trabalho. A propriedade, assim pensando, para ele, não era tanto um valor econômico, quanto um significado psico-social. O seu trabalho, enquanto proprietário, não era um oposto da propriedade. Ele reunia em si a figura de patrão e de empregado, dono do capital e da força de trabalho. Por isto, propriedade e trabalho, para o imigrante italiano, formavam uma base monolítica que, sob todos os aspectos, constituía-se no ponto de partida indispensável para pensar todo e qualquer projeto de vida e de investimento. Toda possibilidade de sucesso, tanto familiar quanto pessoal, estava vinculada ao alcance da terra, da casa e do trabalho. As fontes alternativas — depoimentos de imigrantes, atitudes, canções ou cartas — mostram o quanto suas aspirações e sua realização estavam dependentes do ideal da propriedade e da fé no trabalho. O fato de ser proprietário transformava e, sempre que fosse possível, não deixava de proclamar esta situação, em especial, aos que haviam ficado na Itália. Alguns registros de cartas são muito expressivos. Um escrevia com ares de nobreza: "ancora no ho veduto i confini del mio campo". Outro mais original, mas não menos eloquente, dizia que ele podia urinar no que era dele, agora, o outro que ficara na Itália se quisesse urinar no que era dele que o fizesse urinando no próprio bolso.

Além destes depoimentos espontâneos podemos encontrar outros mais pensados e que, com maior segurança, refletem um pensar comum do imigrante. Um excelente documento foi produzido pelo Prof. Antônio Mottin, *De Maróstica à Garibaldi*. O autor, baseado na própria experiência, revela a importância da busca, quase insana, da propriedade. "Finalmente a nossa casa", com esta expressão Antônio Mottin refere-se à compra da propriedade e da casa. Aí está a força expressiva da linguagem que soa mais como um desabafo ou um alívio depois de uma longa caminhada. E foi o que realmente aconteceu. "Terminado 1930, demos graças a Deus por ter conquistado a propriedade e a casa, embora velha, mas era nossa" (Mottin, p. 35). Aqui também as palavras traduzem um universo psicológico que pode passar despercebido se não escutarmos a voz das palavras. Duas palavras podem ser sublinhadas como chaves que revelam esse fascínio pela propriedade. A primeira é o *ter* no *conquista*. A propriedade e a casa não eram apenas o resultado de uma compra, mas de uma conquista, e a conquista é o resultado de luta, de empenho e de muito esforço. Talvez de uma guerra santa. A outra palavra é o adjetivo possessivo, *nossa*. O mais importante da casa era ser nossa. O adjetivo possessivo superava qualquer adjetivo qualificativo, mesmo os aspectos negativos. Não interessava o estado. "Tudo era pequeno e apertado. Mas finalmente após seis anos de peregrinação estávamos dormindo em nossa casa, aquela terra (uma chácara de 100 m por 100 metros) era nossa..." (Mottin, p. 35). Baseados nestas declarações pode-se medir, em parte, o quanto representava para o imigrante ter a propriedade e a casa. A estratégia desta luta feroz fundava-se no trabalho persistente e numa economia de guerra. Tudo era feito para se chegar lá. Qualquer sacrifício se justificava. E isto torna-se compreensível porque a casa e a propriedade eram o começo da própria vida. Eram a base, o único começo seguro. Talvez mais do que isto a própria identidade do imigrante bem sucedido. "A nossa velha casa deixa saudade pelo sabor de mudança de vida nômade para uma vida estável" (Mottin, p. 36).

É nesta linguagem espontânea que pode ser surpreendida a simbologia an-

tropológica do pensar e do viver cotidianos do imigrante italiano. E ele sentia a propriedade, a sua propriedade, como a porta de ingresso na ordem econômica e social de sua época. Para ele não se tratava de um preenchimento do espaço vazio no sistema de produção agrícola imposto pelo latifúndio, nem de uma acomodação ou adequação ao capitalismo industrial que estava se instalando. Da mesma maneira, o imigrante não se sentia uma camada intermediária entre escravos e senhores. Tais pontos de vista vinculam-se a uma análise inspirada em teorias econômicas e políticas. Não se nega a validade das teses, quer-se apenas olhar de um outro lado, o lado antropológico que, segundo Basiliat, "constitui-se em uma maneira de ver diferente", o que pode mostrar a vulnerabilidade das teorias científicas.

Diante do exposto pode-se concluir, portanto, que o imigrante italiano, em primeiro lugar, via na propriedade de terras o começo de sua redenção social e de sua libertação econômica. Esses ideais de ascensão social e afirmação econômica solidificaram a função da propriedade rural e determinaram, posteriormente, os rumos do processo de desenvolvimento, na medida que os limites da propriedade foram se ampliando e assumindo outras configurações no setor empresarial da indústria e do comércio.

Em segundo lugar, o imigrante italiano constituído em proprietário de terras, via-se transformado em senhor absoluto. Ser proprietário significava assumir os papéis do *signore* italiano. Não se tratava de uma simples idéia de ter posses, mas da imagem de um *signore*, com todas as suas prerrogativas. Esses senhores que possuíam cavalos e carroças de passeio, portavam armas e realizavam grandes caçadas e que viviam comodamente em seus palácios. Pio Busanello testemunha esta ambição senhoril que está presente desde o momento confuso que antecede a tomada de decisão para emigrar, quando a notícia da propriedade tornou-se decisiva, mas o que parece mais importante é o significado que ela representava ao destacar que os compradores da área tornavam-se "proprietários absolutos assim como os barões e condes italianos" (Pio, p. 8). Não se tratava de um proprietário apenas, mas de um proprietário à maneira dos nobres e, o que é muito significativo, com poderes absolutos. Mais uma vez pode-se sentir que eles não se imaginavam meros intermediários e nem destinados a desempenhar um papel secundário. Pelo contrário, eles sonhavam com esta imagem senhoril que os acompanhava constantemente em todas as circunstâncias através de expressões e comparações e que pode ser constatada nesta narrativa: "Um dia, José, pelo simples fato de ter abatido, com um tiro certo, um cateto, assim como os condes da Europa matavam os javalis, ficou cheio de grandeza e celebridade, que parecia revestido de nobreza, assim como os condes; e o fato produziu um eco quase igual ao ruído retumbante que acompanhava as falas das caçadas dos monarcas da Europa" (Pio, p. 35). Tal linguagem, seja ela revestida de humor ou não, revela sempre aspirações íntimas e profundas das pessoas.

Se o imigrante italiano não conseguiu realizar todos esses sonhos de grandeza, às vezes por total falta de condições e outras vezes pela sua ligação estreita ao trabalho que se incorporara a ele como um vício, tais sonhos influenciaram decisivamente seu perfil psicológico e social.

Por fim, esses ares senhoriais levaram o imigrante italiano a assumir, na medida do possível, os mesmos comportamentos autoritários dos *signori* da Itália. Não eram apenas atitudes e trajes que os imigrantes italianos tentaram imitar, mas também

ensaíaram assumir atitudes de exploração especialmente em relação aos negros e *brasileiros*, mas de que não escapavam nem seus próprios compatriotas. Antônio Mottin novamente depõe com muita franqueza tal situação: "Era o tipo de exploração que vigorava naquela época, se quisesse trabalhar. Era essa a modalidade. Metade do que produzisse era para o dono da terra. Alguns donos eram mais compreensivos, exigiam a terça parte" (Mottin, p. 27). Pode-se perguntar se a terça parte é uma atitude compreensiva, talvez, não exploradora. Isto faz lembrar outra maneira habitual de pensar do imigrante italiano, para ele, fornecer terras de arrendamento a alguém não era negócio, mas um favor. Tanto isto é verdade que, ainda hoje, em pequenos municípios do interior, dar emprego à alguém significa fazer favores, quase caridade.

Mas, para quem sonhava e emigrara para conquistar sua propriedade, chegava o momento, como aconteceu com a família de Ângelo Mottin, em que não era possível suportar tal exploração e, conseqüentemente, buscavam-se outras alternativas. "Papai e mamãe pensaram e repensaram tudo e viram que não poderiam trabalhar para Manganelli, que os explorava desumanamente" (Mottin, p. 28). Outras vezes o problema era agravado pela pouca produtividade da terra ou pelas inclemências do tempo, "a terra não deu a renda esperada, mal dava para pagar o aluguel e alguma sobra para a alimentação da família. Não havia outra alternativa senão emigrar de novo" (Mottin, p. 30). Desta maneira a propriedade ficava cada vez mais difícil, foi nesta luta que muitos imigrantes acabaram desesperando do ideal de tornar-se proprietário, mas outros com muita teimosia continuavam até conseguir. É dentro desta perspectiva que Nanetto Pipetta pode ser colocado também. Depois de muito peregrinar por vários descaminhos não poderia o herói máximo da literatura dialetal ficar sem ter adquirido sua terra, mesmo que não alcançasse ocupá-la.

Este obstinado ideal, uma vez alcançado, transformou-se em apego profundo da propriedade. O imigrante italiano considerava a propriedade um bem intocável e no maior bem a ser legado aos filhos. O novo casamento começaria bem com a propriedade. Tal comportamento gerou alguns inconvenientes na medida que dificilmente via-se uma possibilidade de pensar em função do bem-comum ou do aspecto social. As dificuldades surgiram especialmente quando se tratava de abrir novas estradas ou nos loteamentos para ampliar perímetros urbanos.

Outro aspecto que surge decorrente, sem dúvida, desta devoção pela propriedade é a grande aversão ao roubo. O roubo constituiu-se, entre os imigrantes italianos, um crime aviltante. A pessoa reconhecidamente ladra era execrada.

Mas a propriedade não era tudo. Ela precisava ser completada pelo trabalho. A propriedade era, no fundo, aquela que fazia com que o trabalho fosse amado. Antes, para conquistá-la, depois para garantir a construção do tão sonhado bem-estar, ou mais, a fortuna.

4. O trabalho: um dever pessoal

O imigrante italiano, em particular os que chegaram nos primeiros anos, trazia em sua bagagem uma fé absoluta no trabalho de seus braços. Tamanha fé, sem dúvida, não estava inspirada no conceito de trabalho como construção da história, segundo propunha Marx. Também não via a força do trabalho com o pólo oposto aos meios de produção, o capital, conforme a teoria marxista define o sistema

de produção capitalista. Ele era a síntese dos dois extremos. Ele era capital e trabalho, patrão e empregado. Tal ideologia, ainda, não fazia parte de seu universo econômico e social. O culto ao trabalho possui outra vertente.

O significado de trabalho no imigrante italiano, com toda certeza, está vinculado a suas convicções religiosas cristãs. Trabalhar era obrigação de todo homem por imposição do mandamento do Deus da Bíblia: "Comerás o pão com o suor de teu rosto". Esta fora a sentença recebida por Adão e Eva, cujo preço devia também ser pago por toda a humanidade. Aí estava, em parte, o princípio inspirador de tanta aceitação e dedicação ao trabalho. Mas com a mudança da ordem social medieval, que tornou possível a posse da terra a todo cidadão, mesmo que não fosse nobre, o trabalho deixou de ser apenas um castigo divino, para transformar-se no caminho que dava acesso à propriedade. Trabalhando com teimosia, constância e muita economia, todos acreditavam que um dia poderiam adquirir terras. Nem todos os *signori*, donos de terras e de grandes latifúndios, eram de nobre linhagem, mas indivíduos que pelas mais diferentes maneiras haviam conseguido o acesso às terras. E dentro da moral cristã o único caminho legítimo, acessível a todos, era o do trabalho sério e o honesto. Por isto as famílias que assim o haviam conseguido tornaram-se exemplos. Ainda que poucos. Isto alimentava esperanças remotas. Alimentando esta esperança eles aprenderam a trabalhar. E quando chegou a notícia de terras no Brasil ficou fácil juntar as duas pontas da meada.

Considerando a linha de reflexão da presente pesquisa torna-se necessário observar que o trabalho, para o imigrante italiano, não representava apenas uma ação produtiva, nem mesmo um valor econômico exclusivamente, ou uma condição da pessoa, mas, e acima de tudo, uma dimensão antropológica e cultural. Ser trabalhador não só implicava a idéia de quem trabalha, mas especialmente o modo de trabalhar. Ser trabalhador significava trabalhar com extrema dedicação, grande empenho e total convicção. O homem trabalhador subentendia todas as outras qualidades humanas e o imunizava de qualquer suspeita e dos vícios. Bastava ser trabalhador para merecer a confiança de seus semelhantes — dito apenas de passagem, aqui reside parte do segredo para entender a reserva que os imigrantes italianos tinham para com os negros e brasileiros. Quando, entre os italianos, houvesse algum indivíduo que tivesse algum vício, mas fosse trabalhador, não era propriamente condenado, mas apenas merecedor de compaixão ou de alguma exclamação desta natureza: "coitado, ele seria tão trabalhador." O mesmo critério valia para as mulheres. A mulher trabalhadeira estava acima de qualquer outra prenda feminina. O trabalho era a virtude que superava a beleza e mesmo a riqueza e, ao mesmo tempo, escondia os defeitos. A moça, desde que fosse trabalhadeira, garantia seu futuro de boa esposa, de boa mãe e de boa dona de casa. Em depoimentos colhidos no livro *Assim vivem os italianos*, encontramos os de Albina, que são muito expressivos, quando ela refere que as moças tinham vergonha de ter as mãos rudes devido ao trabalho na roça e, ao irem à igreja nos domingos, tentavam sempre manter as mãos escondidas. Por outro lado os rapazes avaliavam as moças também pelas mãos, assim que "quando uma moça tinha as mãos bonitas, os rapazes diziam: essa não vale nada, olha que mãos bonitas ela tem".

Uma passagem do livro de Pio Busanello mostra com muita clareza esta mentalidade do italiano frente ao homem trabalhador. Conta Pio Busanello que Miguel Martins, um fazendeiro muito abastado, em cuja fazenda os imigrantes, que se destinavam a Val de Buia faziam parada. Eles o tinham em muita consideração pela sua

hospitalidade em atender os imigrantes. Mas o que consagrou o fazendeiro diante dos italianos, não foi tanto a hospitalidade, mas sua conduta frente ao homem trabalhador. Assim diz o texto: "Miguel Martins, fazendeiro rico e hospitaleiro deixou boa memória de si entre os colonos porque ao receber os transeuntes tinha a habilidade, ao dar as mãos para cumprimentar, de verificar se a palma da mão do recém-vindo era calosa. Se fosse, era recebido em casa, e tinha tudo, porque, ao modo de ver do fazendeiro, devia ser honesto; em caso contrário, dizia-lhe que não tinha quarto para hóspedes, ensinava-lhe o caminho a seguir e não o convidava a entrar." (Pio, p. 28) Esta era a maneira de pensar do imigrante. O próprio Nanetto Pipetta, em sua atribulada busca de fortuna, no fundo foi um missionário do trabalho sério e do ganho honesto. O salário é o justo prêmio do trabalhador. O dinheiro bem adquirido é o do trabalho honesto. Nanetto lembrava as recomendações recebidas que "roba robada, roba sbregada" (coisa roubada, roupa rasgada).

É preciso salientar agora que o trabalho perdeu aquele ranço de ser um castigo de uma remota maldição divina, para tornar-se na mola da construção de fortunas, da ascensão social e econômica. Sentia o peso e a brutalidade do trabalho, mas via nele seu único caminho para adquirir bens e bem-estar para si e seus familiares. Aos filhos ensina, desde crianças, esta devoção ao trabalho. Com o passar do tempo e, diante de tantas frustrações, começa a pensar, para os filhos, que o melhor caminho para a fortuna é o estudo. Aos poucos a idéia de propriedade fica substituída pela de universidade. "Um fiol studiá", já era muito. "Haverifioi studiá" era o máximo. O trabalho tomou o rumo da universidade para os filhos. Todo sacrifício era pouco para se obter escola e diplomas.

Com esta nova idéia de trabalho, não mais como castigo, mas como acesso e construção de fortuna, facilmente o imigrante começava trabalhar aos domingos. Há muito tempo que os feriados, não religiosos ou que não fossem dias santos, não representavam dispensa de trabalho. Antes havia um respeito muito grande pelo domingo, mas aos poucos havia sempre os que, na ânsia de enriquecer mais rapidamente, desrespeitavam o domingo. Era necessária uma vigilância constante do padre que se traduzia em severas reprimendas nos sermões ou através de exemplos que mostravam os castigos de Deus para quem violasse o dia do Senhor. Deus dera exemplo, ao criar o mundo, de trabalho e de descanso. A sagrada família, Jesus, Maria e José tiraram o sustento pelo trabalho, mas também cumpriram as leis de Deus. Assim, o trabalho deveria ser complementado com a oração. O trabalho construía o bem-estar terreno, mas a oração construía o céu.

Por fim, se o trabalho é a grande exaltação do homem, em contrapartida o vagabundo é a execração. O simples fato de trabalhar pouco já não recomendava ninguém, não trabalhar era inadmissível. Com isto os negros e os brasileiros eram mal vistos pelos imigrantes, enquanto eles, italianos, devido a esta dedicação ao trabalho tornaram-se o símbolo do trabalho (Manfroi, p. 117).

5. Os desvios do destino em Silveira Martins

As quatro colônias, nos primeiros decênios, talvez não apresentassem grandes diferenças. Acontece que as atividades agrícolas, comerciais e as incipientes indústrias praticamente eram as mesmas nas quatro colônias. Tudo girava em torno do

projeto de uma economia rural baseada na produção de alimentos. Pelo levantamento do cônsul Ancarani, no fim do século passado, a produção de Silveira Martins mantinha o nível de produção das outras colônias italianas. E segundo o próprio Cônsul, haveria, aqui, alguma vantagem.

Aos poucos as atividades agrícolas começaram a apresentar sinais de cansaço e de insuficiência a nível de fertilidade. Isto em toda a área da imigração. A fertilidade, devido ao manejo do solo, começava rapidamente baixar seu índice. Abre-se assim o fenômeno das reimigrações em busca de terras novas. Todos conhecem o avanço deste exército de trabalhadores que lentamente vão caminhando em direção estados vizinhos e, por fim, ao centro e norte do Brasil, deixando atrás de si terras empobrecidas por uma tecnologia agrícola primitiva.

Nos velhos núcleos havia necessidade de mudanças, de tentar alternativas através de outros métodos de ocupação do solo, seja por novas técnicas, seja por novos cultivares. Os pequenos núcleos urbanos que, inicialmente, viviam exclusivamente dependentes do universo rural, precisam refazer seu projeto ou desaparecer. As pequenas indústrias voltadas para a demanda do homem da colônia precisam pensar em outros produtos e outros mercados. O comércio, nascido e desenvolvido, da mesma maneira, baseado na produção e no consumo do colono, pela reimigração perdia sua clientela, pois a queda da fertilidade da terra significa uma automática diminuição demográfica. Em áreas onde, no princípio, viviam duas ou mais famílias, passadas pouco mais de duas décadas, dificilmente conseguia viver uma só família. Com a redução da população e da produção rural todo o universo da imigração fica profundamente abalado. Para o colono havia duas alternativas, ou se partia para novas frentes de colonização, ou se ia tentar a sorte numa cidade maior. O comércio e a indústria ou imigravam também, ou tentavam diversificar sua atividade abrindo, inclusive, oportunidades para empregos urbanos.

A região de Caxias definiu-se pela vitivinicultura como fonte de divisas, sem abandonar uma produção mínima de subsistência familiar. As indústrias de cutelaria, do vestuário ou da alimentação transpõem os horizontes familiares. Investe-se constantemente em tecnologias que dizem respeito às culturas da parreira e à produção de seus derivados, notadamente o vinho. A uva e o vinho abrem outras alternativas para novas indústrias. O comércio, como decorrência lógica, fortalece-se. Amplia-se o leque de oportunidades em múltiplas direções. A uva e o vinho conseguem aliar toda a riqueza regional e abrir espaços preciosos para o turismo. Aí estão a festa da uva, do vinho, da vindima e da champanhe. Toda região mantém o ritmo, mais ou menos forte, do desenvolvimento. Uma colônia não engoliu a outra, pelo contrário houve e está havendo, dentro das proporções um crescimento cadenciado de, praticamente, todas as comunidades. Caxias exerce uma liderança incontestante, mas cada município dentro de suas características mantém sua identidade e autonomia.

No campo político se estabelece uma participação ativa gerando lideranças atuantes a nível regional, estadual e nacional. Mas lideranças representativas da região. Por fim a Universidade chega para coroar todo este processo ininterrupto de crescimento e como exigência do próprio ideal do imigrante de participar efetivamente da vida científica, econômica e social do novo país que se tornou sua pátria.

É neste exato momento que Silveira Martins não conseguiu redefinir seu projeto e sucumbiu à sua falta de compreensão do novo momento histórico. Permaneceram em

seus modelos de pensar trazidos pelos pioneiros. Por que não haveria acontecido aqui também esta mesma capacidade de revisão do projeto inicial?

A resposta a esta pergunta, como já foi acenado no início do presente trabalho, estaria vinculada a uma falta de compreensão da dimensão social do próprio projeto do imigrante. Todo imigrante deixou a Itália e veio ao Brasil com um projeto de vida, exclusivamente pessoal. Em nenhum momento pode-se perceber que haja, entre os imigrantes, uma preocupação de que havia um projeto coletivo. A imigração constituiu-se na soma de muitos projetos pessoais. Em Silveira Martins a individualidade de tais projetos pode ser detectada logo de início, na área religiosa, como escolha do local da capelinha, o nome do padroeiro. Não se aborda ainda a questão dos conflitos de projetos em outras áreas. Mas tudo isto manteve divididos os grupos até hoje. Dada a delicadeza dos fatos, ainda não é possível analisar com segurança tais fatos, mas depois de maiores estudos e conversações poderá ser feito.

As iniciativas coletivas, salvo as que se ligavam às atividades religiosas, dificilmente tinham o desfecho final. Mesmo no campo religioso podem-se detectar fontes de profundas animosidades. O caso mais em evidência é a vinda dos primeiros padres para a colônia, trazidos pela comunidade de Vale Vêneto, mas na hora de sua fixação entra na história a sede da colônia e quase Vale Vêneto fica sem. Em Silveira Martins, o Padre Arnofi é envenenado e morre. Conseqüência, o padre Sório que dava assistência em Vale Vêneto foi deslocado para lá, onde acaba sofrendo um atentado e morre também.

Havia, não apenas devido a estes fatos, em quase toda parte uma profunda rivalidade entre grupos. Uma rivalidade, talvez, não fosse perversa se ela incrementasse o desenvolvimento e a ambição de crescer mais que o outro, mas quando ela se conduz para o espírito de destruição, dificilmente consegue-se fazer alguma coisa de construtivo. A rivalidade, em muitos casos, nada mais foi que fazer de tudo para que o outro não progredisse. E toda vez que uma obra de interesse público era sugerida, havia sempre desconfiança de que quem a inspirasse tinha intenções escusas.

Diante disto, como hipótese viável, o presente trabalho de pesquisa busca analisar a dimensão social — no caso a ausência da dimensão social — que está enraizada desde o significado de propriedade trazido da Itália, e que em parte foi enfocado anteriormente — e também o projeto de imigrar como um projeto totalmente individual e familiar. Havia necessidade, portanto, de abrir os horizontes. O que não aconteceu.

Há porém outras explicações, como a que o humilde quanto benemérito padre Luizinho Sponchiado sintetizada nesta crônica de nº 110 e publicada no jornal *Nova Palma Notícia*: "Já que retorna a velha lamentação, retornamos também nós, a insistir no por que a ex-Colônia não teve condições de formar um princípio autônomo: Exprimida entre latifúndios improdutivos, para ter algum desafogo catou cá e lá, fora das fronteiras comunais, alguns fragmentos da Serra, com distantes nucleações, que romperam sua unidade e provocando a avidez de vários municípios, lhes impossibilitou física e politicamente tornar-se independente.

Como infelizmente teria acontecido, se em 1878, como pedia Guilherme Greenhalg, ou futuramente tanto insistiu Dr. Siqueira Couto, se lhe tivessem agregado as fazendas dos Pena, ao Sul, e as baixadas do Soturno e Mello ao Norte, estabelecendo num só bloco, em áreas planas, mais de um milhar de famílias imigrantes.

Então, sim, como suas congêneres na província, teria formado um complexo cuja autonomia teria assegurado progresso e estabilidade".

Sem pretender polemizar com o padre Sponchiado, símbolo da memória e da preservação da 4.^a colônia italiana, é possível mostrar que tais fatos não se constituíram na razão principal da estagnação da mesma colônia. Estas áreas de latifúndios acabaram nas mãos dos imigrantes. Dona Francisca é o primeiro exemplo. E mais, Silveira Martins não se tornou município independente por questões de interesses políticos, inclusive locais, como escreve Júlio Lorenzoni em suas memórias. Não resta dúvida que tais circunstâncias são condições adversas, mas não suficientes para provocar tal parada, já que o momento crucial da decadência acontece somente no final da primeira metade do século. E já os latifúndios improdutivos haviam deixado de ser improdutivos e, talvez, também latifúndios, pelo menos nas mãos dos antigos donos.

Outra maneira de explicar a decadência de Silveira Martins é dada pelo também grande benemérito e estudioso da sorte da colônia, o sr. Antônio Isaia. Segundo ele, a principal causa está no decreto imperial de 1886 que dividiu o território para três municípios diferentes. Também pode-se aceitar tal fato como sendo de muita importância, mas não decisivo, pois em cada uma das três partes havia núcleos que, se houvesse uma liderança política mais atuante, teria sido possível conduzir o ritmo de desenvolvimento com segurança.

Nos dois casos, o da descontinuidade física e o do decreto imperial, pode-se concluir que eles foram fatores importantes, mas tudo poderia ter sido superado se as comunidades tivessem maior unidade e coesão social. Os únicos momentos de reuniões aconteciam no interior da Igreja, fora daí, era cada um para a sua e para seu negócio. Faltam ainda muitos dados para montar este quebra-cabeça que se constitui no desafio desta pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

- BATTISTEL, A. e COSTA, R. *Assim vivem os italianos*. EST, Porto Alegre, 3 vol. 1982.
BUSANELLO, P. *A história de nossa gente*. Pallotti, Santa Maria, 1952.
DE BONI, L. e COSTA, R. *Os italianos do Rio Grande do Sul*, EST, Porto Alegre, 3.^a ed. 1983.
LORENZONI, J. *Memórias de um imigrante italiano*. Sulina, Porto Alegre, 1975.
MANFROI, O. *A Colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Grafosul, Porto Alegre, 1975.
MOTTIN, A. *De Marostica a Garibaldi*. EST, Porto Alegre, 1988.
PETRONE, M.T. *O imigrante e a pequena propriedade*. Brasiliense. São Paulo, 1980.
SPONCHIADO, L. "Crônica 110" in: A Notícia. Nova Palma, 24.9.88.